



ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS, RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: análise do acesso à profissionalização e à cidadania dos trabalhadores na catação de material reciclável

Ellen Garcia da Silveira¹

Resumo: A reciclagem de lixo urbano figura como atividade emergente após o aumento do desemprego estrutural e precarização do trabalho, exclusão de trabalhadores do mercado formal de trabalho e exclusão do convívio social. A catação de materiais recicláveis constitui, para muitos trabalhadores, única forma de garantir sobrevivência e a possibilidade de inclusão num mercado de trabalho excludente. As associações e cooperativas de trabalho dos catadores de material reciclável configuram-se em estruturas organizacionais que podem possibilitar uma “inclusão social justa” e não de forma precarizada a esses trabalhadores. Para possibilitar essa inclusão, estas associações promovem sua profissionalização em parcerias com Organizações Não-Governamentais.

Palavras-Chave: Catadores; Cidadania; Organizações Não-Governamentais e Responsabilidade Social.

Abstract: The recycling of urban waste figure as an emergent activity after increasing structural unemployment and job insecurity, exclusion of workers from the formal labor market and exclusion from society. The Collecting garbage is, for many workers, the only way to ensure survival and the possibility of inclusion in the labor market exclusion. Associations and cooperatives work of recyclable material collectors are configured in organizational structures that may enable a just social inclusion and not so precarious these workers. To enable this inclusion, these associations promote their professionalization in partnership with Non-Governmental Organizations.

Keywords: Pickers; Citizenship; Non-Governmental Organizations and Social Responsibility.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: ellen_garcia_s@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

Na sociedade capitalista contemporânea, a precarização das condições e relações de trabalho e o desemprego em sua forma estrutural são resultado da economia neoliberal que prega uma redução dos direitos trabalhistas; os movimentos sociais perderam parte de sua força desde o final dos anos 1980, e devido a esse enfraquecimento, outros grupos se formaram para “dar voz” às reivindicações da população, que dizem respeito às questões de habitação, educação, saúde, meio ambiente; usualmente chamados de “Organizações do Terceiro Setor” ou “Organizações Não-Governamentais”.

Em uma “sociedade de consumo”, nos quais os produtos têm sua vida útil curta, milhares de toneladas de lixo são jogadas todos os dias nos chamados “lixões”, fazendo com que atualmente já estejam em sua capacidade máxima. A sociedade então procurou alternativas para este problema, entre uma delas a reciclagem de materiais ao invés de ficarem sendo acumulados. Com isso surgiu uma nova categoria de trabalhador, que vivia em condições socioeconômicas precárias, conseguindo assim uma nova fonte de renda com a reciclagem, mas as condições de trabalho para estes profissionais se apresentam como indignas e insalubres. A exploração do trabalho dos catadores de material reciclável também é ilustrada pelo trabalho precoce de crianças e jovens, quase sempre utilizado como estratégia para aumentar a renda das famílias. O trabalho dos catadores é marcado também por um grave problema social – o preconceito sofrido por eles devido ao trabalho que exercem.

A reciclagem atualmente se tornou um negócio bastante rentável para os chamados “atravessadores” (revendedores da reciclagem), que compram os materiais recicláveis dos catadores por preços bem abaixo daqueles os quais eles revendem para as empresas de matéria-prima, o que ocasionou uma necessidade de profissionalização desses catadores para não perderem mercado. Assim foram surgindo grupos de catadores que mais tarde com a ajuda de diversas instituições passariam a formar associações e cooperativas.

Desde o início da constituição das associações e cooperativas de catadores em todo o País, as instituições públicas, privadas e do chamado “Terceiro Setor” se



mostraram presentes com diversas formas de atuação, por exemplo, com ajudas financeiras, na construção dos galpões ou com cursos profissionalizantes.

Para as instituições privadas, cada vez mais a sociedade exige que elas deem amostras de estarem cumprindo a sua parte dentro de um novo “contrato social global” que vem sendo construído. Existe atualmente uma importante reivindicação por parte da sociedade para que as empresas e outros setores produzam resultados positivos e verificáveis em três áreas: não somente na financeira, onde tradicionalmente se espera que acrescentem valor econômico ao resultado das suas atividades, mas também nas áreas ambiental e social, tendo em vista que aí também, inevitavelmente, adicionam ou destroem valores, pelo simples fato de existirem.

Devido ao modelo econômico neoliberal adotado no Brasil no fim da década de 1980, em que se caracteriza um Estado mínimo em suas ações, as elites se convenciam da desnecessidade da intervenção do Estado nas questões das políticas públicas sociais, com isso, buscavam uma nova forma de gestão social mais eficaz, esta materializada nas “Organizações Não-Governamentais”, onde o ativismo político pela cidadania e justiça social pertencente aos movimentos sociais foi sendo deslocado para o ativismo civil financiado pela iniciativa privada voltado para a solidariedade social (PAOLI, 2002).

Estas organizações para efetivarem os seus projetos sociais, sejam eles de capacitação, conscientização ou profissionalização, desenvolveram algumas parcerias tanto com o poder público quanto com os movimentos sociais, inclusive com o movimento de catadores de material reciclável, sendo estes projetos financiados em sua maioria por instituições privadas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: MOVIMENTOS SOCIAIS E A GARANTIA DA CIDADANIA.

No período da ditadura brasileira (1964-1985), ocorreu um retrocesso nos direitos civis, políticos e sociais, devido a este fato advém a formação de novos movimentos sociais, que buscavam promover a luta pelo fim da ditadura, a inclusão social, a cidadania e a transformação de práticas arraigadas na sociedade que impediam a afirmação e o reconhecimento de direitos.



Essas novas formas de participação caracterizam-se por serem mais flexíveis e horizontais e por exigirem maior eficácia e transparência das ações governamentais. Na medida em que buscam contemplar os interesses sociais diversos, contribuem para a criação de uma nova gramática social e política - capaz de mudar as relações de gênero, de raça e de etnia -, articulada a uma nova institucionalidade que vislumbre novas formas de participação e promoção da cidadania (SANTOS, 2002).

Nas palavras de Epstein (apud DIAS; p.02): “*Para nós, movimentos sociais são esforços coletivos de pessoas social e politicamente subordinadas para mudar suas condições de vida*” (1995: VII). Com este ciclo de mobilização pela luta por diversos tipos de direitos, os movimentos sociais empreendem uma crescente politização frente a um sistema incapaz de representar seus interesses e reivindicações.

A partir década de 1980, os conceitos de “cidadania” e “direitos” irão ocupar um dos centros do pensamento social e político brasileiro. Este debate público está vinculado aos níveis agudos de exclusão social e política do país. Segundo Marshall (1967), a cidadania seria a participação integral do indivíduo na comunidade política e distingue três tipos de direitos: os direitos civis, aqueles direitos que asseguram as liberdades individuais; os direitos políticos, aqueles que garantem a participação dos cidadãos no exercício do poder político; e os direitos sociais, aqueles que asseguram o acesso a um mínimo de bem-estar material. O argumento do autor segue a seguinte lógica: garantidos os direitos civis, as pessoas lutariam por direitos políticos e, conseqüentemente, conquistariam direitos sociais.

A crescente preocupação com estes temas – cidadania e direitos - se deve a duas transformações que aconteciam naquele período: a transferência de uma sociedade governada ditatorialmente para um sistema político democrático; e o processo neoliberal que visa à desregulamentação público-estatal da economia de mercado, cujo funcionamento, aprofunda e sedimenta os mecanismos de exclusão social e política tradicionalmente presentes na história da modernização do país (PAOLI, 2002).

Com a redemocratização, surge também um novo modelo econômico, conhecido como neoliberal, que prega a “desnecessidade do público” (OLIVEIRA, 1999 apud PAOLI, 2002; p. 379) em um Estado mínimo nas suas ações, onde a elite brasileira irá buscar uma nova política distributiva, menos burocrática e mais eficaz. Este Estado mínimo irá se isentar progressivamente de sua função de garantidor de



direitos, através da diminuição de suas responsabilidades sociais e a transferência destas para a sociedade civil (DAGNINO, 2004).

A sociedade civil também será redefinida dentro deste modelo neoliberal, onde ocorrerá a “marginalização” dos movimentos sociais, que irá proporcionar a diminuição da politização da sociedade civil e dos espaços públicos para a discussão e formulação das políticas públicas. Como afirma Gohn (2000, p. 51):

Nos anos 90, importa menos a presença de movimentos sociais como estruturas específicas, e importam mais as novas instituições, os novos quadros de pessoal, a nova mentalidade sobre a coisa pública; em suma, importa mais a nova cultura política gerada.

3. ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.

Com isso um novo papel surgirá exercido pelas Organizações Não-Governamentais, com a emergência do chamado “Terceiro Setor” e das Fundações Empresariais, com destaque para uma “nova filantropia” (PAOLI, 2002; DAGNINO, 2004).

O setor “público não-estatal” (PAOLI, 2002), denominado também “Organizações do Terceiro Setor”², “Sociedade Sem Fins Lucrativos” ou “Organizações Não-Governamentais” (MENEGASSO, 2001) surge a partir da década de 1960, se distinguindo como uma nova forma de prestar serviços, promover o desenvolvimento econômico, atuando na produção de serviços sociais e na execução das políticas públicas. As diferentes denominações dadas a este setor *“mudam de país para país e as variações, longe de serem meramente terminológicas, refletem histórias e tradições diferentes, em diferentes culturas e contextos políticos”* (SOUZA SANTOS, 1998, p.16).

² São considerados “Primeiro Setor” o Estado; e o “Segundo Setor” o mercado (MENEGASSO, 2001).



Estima-se, com base em dados do Cadastro de Empresas – CEMPRE³ de 2005, que existem hoje no Brasil 338 mil Organizações Não-Governamentais divididas em cinco categorias: 1. Que são privadas, não integram o aparelho do Estado; 2. Que não normalmente se constituem dentro da esfera privada, visando gerir necessidades específicas que estão em “seu foco de missão” ou atuar sobre elas utilizando recursos advindos sejam de fonte pública ou privada. Suas atividades foram obtendo visibilidade devido a serem:

Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores “confiáveis” entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil, elas são frequentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil (DAGNINO, 2002; p. 101).

O aumento do número de ONGs expressa a propagação de um paradigma mundial que mantém estreitos os vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde às requisições dos ajustes estruturais por ele determinados. Por outro lado, o afastamento dessas instituições com os movimentos sociais que as caracterizava anteriormente, gerando uma automatização política, cria uma situação onde as ONGs perdem seu caráter de “darem voz” a sociedade civil e aos setores sociais cujos interesses eram portadoras, mas (...) “o Estado as vê como interlocutoras representativas na medida em que detém um conhecimento específico que provém do seu vínculo (passado ou presente) com determinados setores sociais” (...) (DAGNINO, 2002; p. 101).

Ligada também a este “terceiro setor” está a “responsabilidade social empresarial” – RSE – entendida como:

(...) forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e promovendo a redução das desigualdades sociais. Fonte: Instituto Ethos (www.ethos.org.br)

A parceria entre as instituições do “terceiro setor” e as empresas pode ser compreendida no trecho “estabelecimento de metas empresariais” com o argumento

³ Pesquisa desenvolvida a partir da parceria entre IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas - IPEA, a Associação Brasileira de ONGs – ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE.



de que não é que as ONGs podem “pensar bem” os serviços sociais, mas o de que “as ONGs sabem gastar bem” e, portanto, executarão melhor estes serviços (PAOLI, 2002). Seguindo este raciocínio a autora ainda afirma que:

Primeiro, a ação responsável empresarial legitima-se, antes de tudo, no interior do assim chamado “terceiro setor”, que reivindica um modelo de regulação social mais eficaz do que o realizado pelo Estado, portanto a ser realizado em outro lugar: a sociedade civil, composta por uma grande diversidade de ações, atores e organizações, que se unificam pela recusa em pertencer ao âmbito do Estado e do mercado. (PAOLI, 2002; p. 380).

Os investimentos no social tornam-se estratégias para as empresas, propiciando o advento do “Investimento Social Privado” (PAOLI, 2002; MELO NETO & BRENNAND, 2004). A atuação social se tornou “um diferencial de competitividade” para as empresas, onde a expressão “valor agregado à marca” pode identificar claramente essa dimensão. As realizações do investimento social tornam-se produto, onde o público é os consumidores e acionistas, o que ocasionou o surgimento de cursos universitários de administração e gestão do terceiro setor e de *marketing* social.

Algo que está pouco esclarecido nesta discussão são quais mudanças ocorrem nesses grupos que são atingidos pelos projetos sociais das organizações do terceiro setor em parceria com as empresas, assim como *“também está pouco garantida a avaliação do impacto dos programas sociais levados a efeito por empresas nos espaços e populações carentes a que se dirigem (...) uma noção de impacto que tem a ver muito mais com a noção de retorno (mercantil) dos recursos investidos (...)”* (PAOLI, 2002; p. 399).

Neste sentido, há o interesse neste trabalho em conhecer essas parcerias que se constituem entre as instituições públicas ou privadas, as Organizações Não-Governamentais e os movimentos sociais, em especial, o movimento de catadores de material reciclável.

4. ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS E SUA FORMAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.



Estima-se que atualmente no Brasil o número de catadores seja de aproximadamente 500.000 (quinhentos mil), estando 2/3 deles no Estado de São Paulo (MEDEIROS e MACEDO; 2006). Atualmente cerca de 300.000 mil (trezentos mil) catadores estão inseridos em cooperativas ou associações⁴ que fazem parte do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável – MNCR – que existe há 13 anos, mas muitos catadores ainda trabalham de forma individual, desvinculados de qualquer grupo ou organização.

A profissão de catador de material reciclável é reconhecida e foi oficializada em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Contudo, o reconhecimento da profissão não implicou mudanças nas condições de vida e trabalho dos catadores, os quais atuam sem vínculos empregatícios e sem direitos; ganham, em geral, menos de um salário mínimo, disputam materiais recicláveis com seus pares, não estão inseridos nos sistemas de gestão de resíduos e enfrentam a exploração da indústria da reciclagem.

Com a formação das cooperativas e associações, as Organizações Não-Governamentais obtiveram maior acesso no auxílio da constituição das mesmas, e também na criação de parcerias para projetos sociais:

(...) a partir da década de 1980, os catadores começaram a se organizar em cooperativas ou associações, na busca pelo reconhecimento dessa atividade como profissão. Nos anos 1990, com o apoio de instituições não governamentais, foram promovidos encontros e reuniões em vários locais do país com essa finalidade. Novos parceiros foram incorporados, e o ano de 2001 culminou com a realização do '1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (...)' (MEDEIROS e MACEDO, 2006; p. 65).

Em Fortaleza existem cerca de 20 cooperativas e associações, onde na maioria dos casos, se situam em bairros periféricos da cidade (Jangurussu, Antônio Bezerra, Siqueira, entre outros), algumas dessas com projetos ligados à Organizações Não-Governamentais.

A diversidade de projetos e iniciativas neste ambiente laboral demonstra uma necessidade de compreensão dessas relações, que podem ter impactos positivos ou negativos dentro de um movimento social que vem obtendo importante visibilidade por diversos setores da sociedade civil.

⁴ Fonte: Site do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (<http://www.mnrc.org.br>).



5. CONCLUSÕES.

Na presente pesquisa também observamos que as empresas, onde no passado foram as geradoras da massa de trabalhadores que atualmente é excluída do mercado formal de trabalho, financiam projetos sociais do terceiro setor que tem como finalidade o desenvolvimento de atividades com grupos socialmente desfavorecidos, mas que na realidade a iniciativa desses grupos empresariais está relacionada com favorecimentos tributários e de publicidade. Com isso, recomenda-se uma maior fiscalização por parte do poder público, que promove isenções fiscais as empresas que se proclamam “socialmente responsáveis”, mas que na realidade suas atividades pouco ou em nada ajudam aos grupos envolvidos.

Trata-se de um tema relevante e atual, e seguramente não se esgotará nesta pesquisa, sugere-se que outras pesquisas sejam desenvolvidas, com o aprofundamento sobre as formas de educação que são repassadas pelas instituições em geral e as práticas desenvolvidas nas atividades informais de trabalho.

Como conclusão, apresenta-se um questionamento: Por que não investir em políticas públicas que realmente atendam as necessidades dos catadores? As associações e cooperativas de trabalho configuram-se em estruturas organizacionais que podem possibilitar uma inclusão social justa e não de forma precarizada a esses trabalhadores.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade*. São Paulo: EDUSP, 1987.
- DAGNINO, Evelina. *¿Sociedade Civil, Participação e Cidadania – de que estamos falando?*, in: Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.
- MATO, Daniel (org.) – Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DIAS, Eurípedes da Cunha. *Arqueologia dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Trabalho apresentado no XI Congresso Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP), 2001.



- GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.
- PAOLI, Maria Célia. *Empresas e Responsabilidade Social – os enredos da cidadania no Brasil*, in: *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Boaventura de Sousa Santos (org.) – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. *Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência*. Revista Psicologia & Sociedade da UFSC, Santa Catarina: nº 18, p. 62-71, 2006.
- MELO NETO, F. P.; & BRENNAND, J. M. *Empresas Socialmente Sustentáveis – o novo desafio da gestão moderna*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- MENEGASSO, Maria Ester. *Terceiro Setor e Responsabilidade Social das Organizações*. Santa Catarina: Mini-curso apresentado no XI Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, 2001.
- NASCIMENTO, E. P. *Dos Excluídos Necessários aos Excluídos Desnecessários*, in: *No Meio da Rua – nômades, excluídos e viradores*. Bursztyn, M. (org) – Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Lixo e Cidadania*. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/artigos/lixo-e-cidadania/?searchterm=boaventura> Acesso em: 15 de julho de 2011.
- _____. *Para ampliar o cânone democrático*, in: *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Boaventura de Sousa Santos (org.) – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SOUZA SANTOS, Reginaldo. *A Economia Política Contemporânea e o Pouco que Sabemos*. Lisboa: CEDIN. Documento de trabalho, 1998.